

**Intervenção de Roberta Metsola, presidente do Parlamento Europeu, perante o
Conselho Europeu
Bruxelas, 17 de outubro de 2024**

Bom dia.

A primeira reunião do Conselho Europeu em que participei na qualidade de presidente do Parlamento Europeu teve lugar em 24 de fevereiro de 2022. Até essa data, talvez tenhamos sido levados a acreditar que havia fronteiras que os exércitos nunca mais poderiam atravessar. Mas a invasão da Ucrânia pela Rússia naquele dia fatídico tudo mudou. Sabemos agora que há certas linhas vermelhas que a Europa não pode ultrapassar. Temos de ter em mente esta convicção numa altura em que o cansaço da guerra, a propaganda do Kremlin e a desinformação continuam a ameaçar de forma implacável as nossas sociedades. Mas, apesar de tudo isto, os europeus não esqueceram as razões pelas quais é essencial defender a Ucrânia. A determinação da Europa continua e continuará a ser firme.

Passaram quase 1 000 dias desde o início da agressão contra a Ucrânia. Está em curso uma guerra que os ucranianos não quiseram, mas que afrontam com uma coragem extraordinária. São muitos os que perderam a vida. São muitas as infraestruturas críticas da Ucrânia alvo de ataques e reduzidas a escombros. São muitas as crianças que não conseguiram regressar às suas casas. São muitos os filhos e as filhas que se preparam para passar mais um inverno na frente.

Devemos e continuaremos a apoiar a Ucrânia, mas devemos também redobrar os nossos esforços em prol da paz. Uma paz alicerçada na liberdade. Uma paz alicerçada na dignidade e na justiça. Uma paz que não seja uma capitulação. Uma paz que proteja os nossos valores. Sem estas garantias não haverá uma verdadeira paz.

Assim, quando falamos do futuro da Ucrânia e do fim desta terrível guerra, temos de ser claros: só com uma Ucrânia forte e soberana será dado lograr esse objetivo. Esta a razão pela qual o Parlamento Europeu continua a defender com firmeza a sua posição reiterada e continuará a expressar em alto e bom som: as decisões relativas à Ucrânia só podem ser tomadas em concertação com a Ucrânia. É também por esta razão que continuamos a apoiar as trajetórias europeias da Moldávia, dos Balcãs Ocidentais e da Geórgia e que continuamos a denunciar, sem equívocos e, se necessário, através de sanções, as persistentes tentativas da Rússia de desestabilizar a região.

Assim, quando o presidente Zelensky fala daquilo de que o seu povo necessita para se continuar a defender, das lacunas a colmatar no nosso regime de sanções e do apoio financeiro, logístico, militar e humanitário necessário para reconstruir as cidades da Ucrânia, temos de o escutar. E o Parlamento Europeu escuta-o.

Por esta razão, a primeira coisa que fizemos no início desta legislatura foi adotar uma resolução na qual reafirmávamos o nosso apoio. Há três dias, a nossa Comissão do Comércio pronunciou-se, por votação, a favor de um empréstimo de assistência macrofinanceira excecional num montante máximo de 35 mil milhões de euros. Na próxima semana, terá lugar a votação final em sessão plenária. No plano político e técnico, orgulhamo-nos de ter cumprido o nosso papel e de o ter feito com rapidez.

A mensagem que desejo veicular é a seguinte: para mim pessoalmente e para o Parlamento Europeu, era importante vir hoje aqui para insistir no caráter de urgência dos nossos debates e

decisões e sublinhar a importância de procurar soluções que não comprometam os nossos valores.

O mesmo é válido para as nossas trocas de pontos de vista sobre o Médio Oriente.

Na semana passada, em Estrasburgo, assinalámos o primeiro aniversário dos ataques terroristas de 7 de outubro perpetrados pelo Hamas em Israel. Não há nada que possa alguma justificar o que aconteceu nesse dia. Passado um ano, as feridas são ainda profundas e são poucos os reféns que conseguiram regressar às suas famílias.

Os ataques de 7 de outubro desencadearam um ciclo de guerra, morte e devastação que fez milhares de vítimas em Gaza. Muitas crianças nunca atingirão a idade adulta e muitas já conhecem a experiência da guerra.

Cumpramos redobrar os nossos esforços para atenuar o sofrimento causado por esta terrível catástrofe humanitária ou corremos o risco de perder mais outra geração.

A situação é ainda agravada pelo Irão e pelos seus esforços de longa data para perturbar e desestabilizar a região.

Com a recente escalada no Líbano e a subsequente entrada no conflito da força interina das Nações Unidas no Líbano, é agora mais importante do que nunca encontrar uma solução duradoura com toda a urgência.

Cabe à Europa desempenhar um papel neste contexto e mostrar-se à altura dos desafios.

A posição do Parlamento Europeu é clara. Os nossos apelos à libertação imediata dos reféns ainda em cativeiro continuarão a ser firmes. Os nossos apelos a um cessar-fogo permanecem resolutos. Os nossos esforços com vista a lograr um desanuviamento da situação continuarão a ser vigorosos. E prosseguiremos incessantemente os nossos esforços em prol de uma paz genuína, digna, viável e duradoura na região, baseada em dois Estados, que ofereça perspetivas reais aos palestinianos e seja portadora de garantias de segurança a Israel.

Porque, nestas situações, não basta apelar à paz. Trata-se, sim, de tomar medidas concretas e efetivas que conduzam ao desanuviamento. O mesmo é válido para a situação no Sudão. Neste momento, o Sudão é o epicentro da maior crise de deslocados no mundo e afronta situações de fome a níveis sem precedentes. O caminho para a paz naquele país deve passar por um diálogo construtivo e só assim se poderá almejar um cessar-fogo duradouro.

Não podemos ignorar os efeitos em cadeia resultantes da instabilidade. Aquilo que acontece na Europa Oriental, no Médio Oriente, no Norte de África ou em qualquer outro local da nossa vizinhança não fica circunscrito a essas regiões, pois tem consequências para a Europa. Essas consequências fazem-se sobretudo sentir no domínio da migração.

Temos de ir além de soluções pontuais. Trata-se de um problema europeu que exige uma resposta europeia. Nenhum Estado-Membro deve sentir que está sozinho face a estas pressões.

O Pacto em matéria de Migração e Asilo, que adotámos no início deste ano após uma década de impasse político, oferece uma via a seguir. Mas estará condenado ao fracasso se, em

momentos de pressão, deixarmos ruir o que construímos em conjunto ao não possibilitarmos a sua aplicação.

É, por isso, imperioso intensificar os esforços para pôr rapidamente em prática este pacto porquanto esta é a resposta que podemos dar às nossas comunidades que se encontrem sob pressão.

Um quadro comumente acordado que protege as nossas fronteiras, mas também que é justo com aqueles que têm direito a proteção e que é firme em relação aos que não cumprem os requisitos e que devem ser repatriados de forma segura e rápida. Um quadro que é sobretudo intransigente em relação às redes de tráfico humano e aos Estados mal intencionados, como a Rússia e a Bielorrússia, que recorrem a ameaças híbridas, exploram os mais vulneráveis e a utilizam a migração como uma arma.

Este tipo de ameaças híbridas obriga-nos a pensar de forma inovadora. Temos de lutar contra aqueles que tentam utilizar abusivamente os sistemas que construímos para proteger toda a humanidade contra essa mesma humanidade. E podemos fazê-lo respeitando os nossos valores e quadros jurídicos.

É por esta razão que temos também de intensificar urgentemente o regresso dos requerentes de asilo cujos pedidos tenham sido indeferidos e que possam ser repatriados de forma rápida e segura. Desta forma, ser-nos-á dado consagrar os nossos recursos àqueles que deles necessitam efetivamente. Desta forma, ser-nos-á dado aliviar a pressão social e política com que todos somos confrontados.

O Parlamento Europeu está disposto a fazer tudo o que estiver ao seu alcance para vos ajudar neste processo. Temos de dar uma oportunidade ao Pacto da UE em matéria de migração, de o pôr em prática e mesmo de o melhorar sempre que seja necessário. No Parlamento já tivemos oportunidade de tomar nota da carta da presidente Ursula von der Leyen, que consideramos um ponto de partida para os nossos debates. Sabemos igualmente que é possível que a Comissão apresente propostas suplementares. Estamos dispostos e prontos a desempenhar o nosso papel.

A cooperação é fulcral neste domínio. A verdadeira solução é uma solução europeia, uma solução que seja ampla, holística e duradoura. Só uma abordagem coordenada a nível europeu pode garantir a integridade do nosso espaço Schengen.

Estou certa de que todas estas questões constituirão um elemento central do processo de controlo exercido pelo Parlamento Europeu em relação aos novos comissários indigitados, processo esse que começará efetivamente com as primeiras audições em 4 de novembro.

O Parlamento fará o seu trabalho, pois levará muito a sério este processo. Faço, por isso, votos por que estejamos em condições de aprovar um novo colégio capaz de tomar posse até ao início de dezembro.

Obrigada.